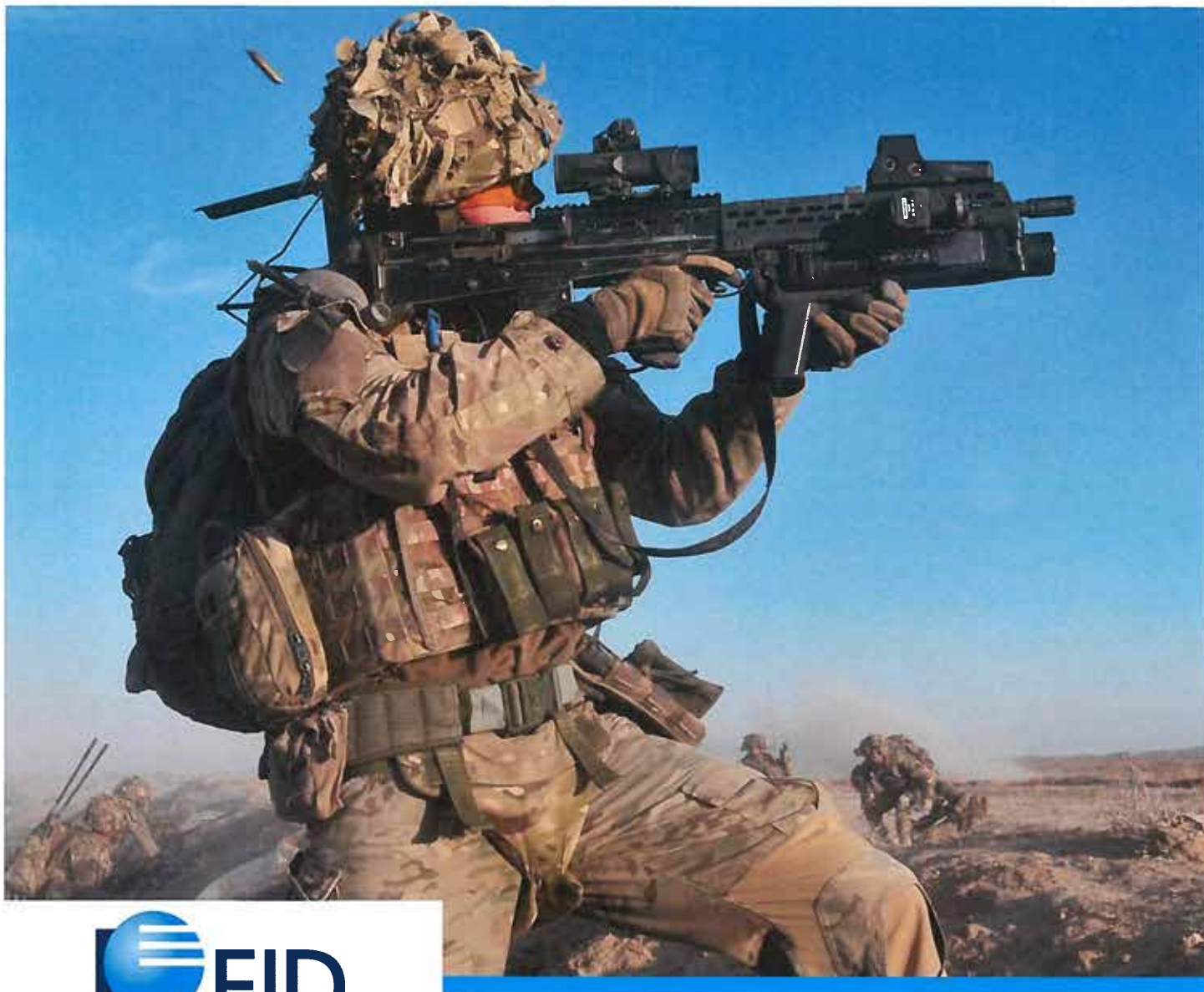




Relatório e Contas
2016/2017





Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim,
2820-486 Charneca da Caparica
Número único de matrícula 501 400 699
Capital social realizado €1.100.000

No cumprimento das disposições legais e regulamentares, o Conselho de Administração da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A. apresenta o seu Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2016/2017.

Em Junho de 2016, a Cohort plc adquiriu 56,9% do capital da EID, S.A., passando a ficar em consequência com uma posição de controlo sobre a sociedade. A EID passou portanto a ser uma subsidiária da Cohort plc, à semelhança de outras 4 companhias sediadas no Reino Unido: a MASS, a MCL, a SEA e a SCS (entretanto integrada em duas das outras empresas).

Em virtude dessa aquisição, a EID teve de adoptar algumas medidas de gestão e também contabilísticas de forma a harmonizar as suas práticas com as do grupo que passou a integrar.

A primeira refere-se à definição do ano fiscal. Até hoje, na EID sempre se considerou o ano fiscal coincidente com o ano civil, isto é, de Janeiro a Dezembro. Acontece que não é esta a prática da Cohort plc, em que o ano fiscal se inicia em Maio e termina em Abril do ano seguinte. Esta alteração foi

já contemplada na revisão dos estatutos da EID (Artigo 21º) aprovada em Assembleia Geral de 29 de Dezembro de 2016.

Nestas condições o presente relatório e contas contempla o período que decorreu entre Janeiro de 2016 e Abril de 2017, de modo a sincronizar o ano fiscal de todas as empresas do grupo Cohort plc. Sendo um ano de transição, perde-se inevitavelmente a capacidade de análise comparativa e evolutiva dos diversos indicadores e rácios económico-financeiros. Em conformidade, abster-nos-emos, salvo quando possa fazer sentido, de levar a cabo esse tipo de análise no presente relatório.

A segunda, de carácter estritamente contabilístico, diz respeito à metodologia de reconhecimento dos réditos, com impacto na apresentação dos resultados do exercício corrente e do exercício anterior. A empresa alterou aquela

metodologia pelo que, ao tratar-se de uma modificação da política contabilística, foi necessário rever os valores do exercício de 2015, com referência a 31 de Dezembro desse ano. O impacto global desta alteração encontra-se devidamente clarificado na nota 6 do Anexo às Demonstrações Financeiras e o efeito particular ao nível das várias rubricas de Balanço e Demonstração de Resultados nas respectivas notas do mesmo Anexo.

Em tudo o que se segue, os termos “exercício”, “ano” e similares referem-se ao período que decorre entre Janeiro de 2016 a Abril de 2017.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Linhas de Produtos e Competências	4
Análise Económico-Financeira	6
A actividade da empresa	10
Proposta de Aplicação de Resultados	15
Declarações Legais	15
Considerações Finais	16
Documentos Financeiros	17
Anexo às Demonstrações Financeiras	25
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	



Visite o site www.eid.pt para acompanhar todas as notícias da empresa



* Período de 16 meses de Janeiro de 2016 a Abril de 2017

- As vendas no exercício ascenderam a **€28,3** milhões
- Os mercados externos representaram **85%** do volume de negócios
- A captação de novas encomendas cifrou-se em **€28,9** milhões, dos quais **62%** se referem ao mercado externo
- Em Abril de 2017 o valor de rendimentos futuros associados às encomendas em carteira era de **€33,5** milhões
- Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) foram francamente positivos, ascendendo a **€5,6** milhões, ou seja, 20% do volume de negócios
- Os resultados líquidos cresceram para **€3,8** milhões, o que representa um lucro por acção de €17,3, num período de 16 meses
- As disponibilidades de caixa a 30 de Abril de 2017 eram de **€9** milhões





2016 foi um ano de mudança para a EID. Em Junho, o grupo britânico de defesa e segurança Cohort plc adquiriu uma participação de controlo na empresa. Na minha qualidade de Presidente Executivo da Cohort, tenho o prazer de dar as boas-vindas à EID ao Grupo. O Governo Português, através do IAPMEI e da EMPORDEF, manteve uma participação de cerca de 43% no capital da EID e continua a estar representado no Conselho de Administração da EID.

Sem pretender repetir a informação prestada neste relatório, é com orgulho que sublinho o sucesso obtido pela EID no período em causa. A tecnologia, os produtos, os sistemas, a linha de produção e as pessoas da EID corresponderam cabalmente às impressões positivas que formei durante o processo da aquisição. Gostaria de expressar o meu apreço pelas aptidões, o profissionalismo e o trabalho árduo da gestão e de todo o pessoal da EID.

É particularmente agradável que a receita da EID durante este período tenha sido próxima de €29 milhões, superando as vendas, que se cifraram em €28,3 milhões. 62% dessas encomendas provêm do mercado externo, o que demonstra a competitividade internacional dos produtos da EID. As encomendas em carteira no final do exercício, no valor de 33,5 milhões de euros constituem uma base sólida para o próximo ano, dando-nos confiança de que a EID continuará a crescer.

A gestão da EID participa agora em

todas as atividades transversais ao Grupo Cohort. Fiquei encantado por receber vários representantes da EID no recente fórum de Desenvolvimento de Negócios da Cohort plc e estendemos a intranet do Grupo à EID. Temos vindo a trabalhar activamente para consolidar o relacionamento com clientes novos e existentes, no sentido de demonstrar capacidade global do Grupo já nest configuração ampliada. Visitei recentemente o Sudeste Asiático com esse propósito. Temos ainda várias viagens a outros países, agendadas para este ano. A EID desempenha um papel activo no planeamento da exposição de defesa DSEI, em Londres, em Setembro e terá uma posição proeminente ao lado das suas empresas-irmãs neste importante evento.

A Cohort plc e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio no âmbito do qual a Cohort adquirirá uma fatia adicional de 23% do capital da EID, conduzindo a uma participação total de 80%, nos mesmos termos da transação original. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração será ajustado à nova situação e os acionistas celebrarão entre eles um acordo que garanta a Governo Português certos direitos. Esta segunda etapa da transação requer a aprovação da Autoridade de Concorrência, para a qual está em preparação uma notificação formal. Uma vez aprovada a operação, os accionistas estão empenhados em concluir a transação acordada. Acredito que esta solução é a que melhor protege os interesses do Estado Português, da Cohort e, o que

é mais importante, da própria EID.

Em nome do Conselho de Administração da Cohort, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer à EID e ao seu Presidente Executivo António Marcos Lopes o muito bom desempenho da empresa

EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Descrição
Posição em 1 de Janeiro de 2015
Alterações no período
Primeira adopção de novo referencial contábil
Alterações de políticas contabilísticas
Diferenças de conversão de demonstrações
Realização de excedentes de revalorização
Excedentes de revalorização
Ajustamentos por impostos diferidos
Outras alterações reconhecidas no capital próprio
Resultado Líquido do período
Resultado Integral
Operações com detentores de capital no período
Realizações de capital
Realizações de prémios de emissão
Distribuições
Entradas para a cobertura de perdas
Redução de capital
Entradas para cobertura de perdas
Outras operações

Efeito da reexpressão dos valores de 2015*

Posição em 31 de Dezembro de 2015

(*) Os valores referentes a 2015 encontram-se reexpressos.
O CONTABILISTA CERTIFICADO

A EID desenvolveu, desde a sua fundação, um vasto leque de produtos e sistemas, inovadores e tecnologicamente evoluídos, que tem vindo a comercializar em todo o mundo. Destacam-se, entre outros:

Rádios pessoais

Os rádios da família TWH-100 constituem uma componente fundamental do equipamento do soldado do futuro. Para além das funções básicas de um rádio pessoal, estes equipamentos proporcionam comunicações de dados, extensão do alcance por mecanismo 'store and forward' e informação sobre o posicionamento GPS e alarmes dos rádios presentes na rede.



Sistemas de intercomunicação para viaturas militares

Estes sistemas permitem dotar a tripulação das viaturas - desde veículos de transporte de pessoal a carros de combate - com capacidades de intercomunicação entre eles e com o exterior, através dos rádios aí instalados. Estão disponíveis dois modelos, um com elevado grau de sofisticação e complexidade, e um outro, mais simples e competitivo, para um segmento de mercado menos exigente, mas que mantém contudo as funções de comunicação de voz e dados e cancelamento de ruído.



Equipamento de comunicações de campanha

Neste capítulo cabem as centrais telefónicas de campanha CD-116 e os telefones BLC-201. Trata-se de equipamento de comutação de voz e dados, proporcionando interfaces para a rede pública, equipamento de rádio e de micro-ondas, redes e telefones IP.



Sistemas integrados de comando e controlo de comunicações

Os sistemas integrados de controlo de comunicações para navios de guerra - SICC – foram já instalados em mais de 140 navios de 12 marinhas diferentes. A mais recente versão destes sistemas (a sexta), baseada em tecnologia IP, está já operacional a bordo de fragatas da Marinha Holandesa e Belga.



Mensagens militares

A experiência da EID em sistemas de mensagens militares remonta à década de 80 do século passado, quando forneceu o primeiro sistema à Marinha Portuguesa. Entretanto, desenvolveu e forneceu uma grande quantidade e diversidade de soluções a forças armadas de vários países. A geração mais recente, o MMHS (Military Message Handling System), cumpre o standard NATO 4406, e destina-se a aplicações tanto táticas como estratégicas.



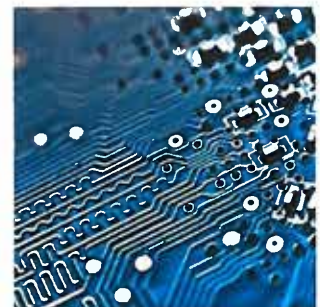
Engenharia de sistemas

A experiência de integração de sistemas complexos, quer terrestres, quer embarcados, é uma especialidade da EID. Esta capacidade requer o domínio de uma grande variedade de disciplinas da engenharia, desde o planeamento de redes de comunicações, definição de campos de antenas, interferência e compatibilidade electromagnéticas, desenho mecânico, protecção dos equipamentos contra ambientes agressivos e muitas outras.



CAD/CAM, teste e industrialização

As equipas de desenvolvimento contam com o apoio de outros departamentos da empresa: o gabinete de desenho assistido por computador (CAD/CAM); a engenharia de teste, que cria as ferramentas necessárias para testar exaustiva e eficientemente os diversos componentes dos produtos e ainda a engenharia industrial, que se encarrega de assegurar a transição da fase de protótipo à produção em série.



Produção

A EID tem a sua própria unidade de produção, equipada com uma moderna linha de montagem automática, sofisticados meios de teste e de inspecção.

O mais recente investimento neste domínio traduziu-se na aquisição de um moderno equipamento para controlo de temperatura no processo de deposição de solda em pasta.



O valor dos contratos firmados no exercício foi consideravelmente elevado, cifrando-se em €28,9 milhões. As encomendas provenientes do mercado externo representaram 62% do total. Para além da Europa, destacam-se os mercados do Médio-Oriente com uma quota de 30% e da região Ásia-Pacífico com 16%. Sublinhe-se que as encomendas nacionais tiveram ainda assim uma expressão significativa de 38%.

O contributo de cada uma das áreas de negócio da empresa para o valor global foi o seguinte:

	k€
Comunicações navais	7 093
Comunicações tácticas	16 086
Comunicações de campanha	2 299
Sistemas e Apoio logístico	3 410

No segmento das comunicações navais, as encomendas oriundas do mercado europeu, excluindo Portugal, e da região Ásia-Pacífico foram dominantes. Quanto às comunicações tácticas os mercados Português e do Médio-Oriente foram os que tiveram maior expressão. Já quanto às comunicações de campanha, a maioria das encomendas foram provenientes de países do Médio Oriente.

Salientam-se os seguintes contratos de fornecimento:

- Sistemas Integrados de Controlo de Comunicações (SICC) para 2 navios reabastecedores da marinha australiana;
- Implantação do sistema *Woomera*

test range para as forças armadas da Austrália;

- Rádios de HF e V/UHF à NSPA – *Nato Support and Procurement Agency*;
- Rádios PRC-525, no âmbito do programa SIC-Táctico do Exército Português;
- Equipamento de comunicações de campanha para o Egipto, Emirados Árabes Unidos, Austrália, Suíça, Espanha e Arábia Saudita;
- Rádios pessoais da família TWH e sistemas de comunicação veicular para o mercado nacional, asiático e do Médio-Oriente.

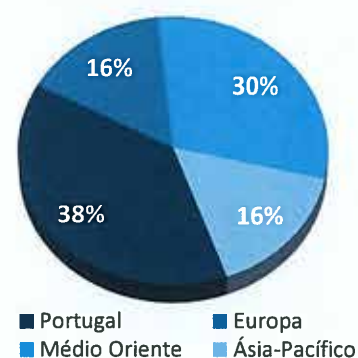
A carteira de encomendas a 30 de Abril de 2017 valia €33,5 milhões.

Pelo que ficou exposto, conclui-se que a posição da EID no mercado internacional, nas áreas da sua especialidade, tem vindo a crescer sustentadamente. Por um lado, apostamos na fidelização dos clientes que têm vindo, ao longo dos anos, a adquirir os produtos da EID, e a quem procuramos prestar um serviço de qualidade e excelência. Por outro, apostamos e investimos fortemente na conquista de novos mercados, nos cinco continentes.

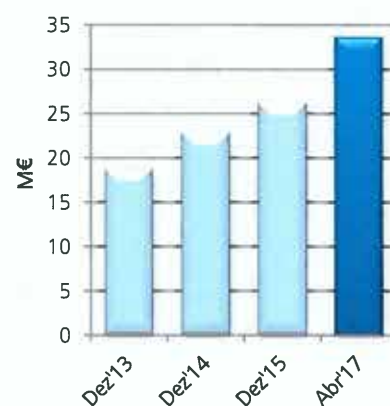
Aos dias de hoje a empresa está presente em mais de 25 países.

A captação de encomendas atingiu o valor de €28,9 milhões e o volume de negócios cifrou-se em €28,3 milhões. Como já referido, estes valores não são comparáveis com os de exercícios anteriores.

Encomendas por mercado



Evolução da carteira de encomendas



O valor das Vendas e Prestações de Serviços registou um forte aumento para €28,3 milhões, também fruto do período alargado de contabilização de 16 meses.

O sector de comunicações tácticas foi o que mais contribuiu para o volume de negócios global (€15,5 milhões), seguido pelas comunicações navais (€7 milhões) e pelos equipamentos de comunicações de campanha (€3,5 milhões). Os negócios de fornecimento de sistemas e de prestação de serviços de manutenção atingiram cerca de €2,2 milhões.

	k€
Comunicações navais	7 178
Comunicações tácticas	15 537
Comunicações de campanha	3 461
Sistemas e Apoio logístico	2 157

As vendas no mercado externo representaram 85% do volume de negócios. As exportações para países não europeus - de que se destacam o Egipto e outros países do Médio-Oriente e da região Ásia-Pacífico - superaram as vendas para a União Europeia, incluindo Portugal.

Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) ascenderam a cerca de €5,6 milhões. A margem EBITDA é portanto de 20% das vendas, valor bem acima da média apresentada pelas empresas do sector. Quanto aos Resultados antes de Impostos, ascenderam a €5 milhões. Já o Resultado Líquido foi de €3,9 milhões. O Valor Acrescentado Bruto foi de €14,2 milhões, ou seja, 50% do valor das vendas no período.

Há ainda que sublinhar que se registaram perdas por imparidade de inventários no valor de 15 milhares de euros. Este montante reflecte o acréscimo no valor das matérias-primas que não tiveram qualquer movimento nos últimos cinco anos.

É de salientar que os activos intangíveis diminuíram cerca de 90%, para €36 milhares, em resultado das amortizações dos projectos de I&D realizadas no exercício. O montante no período ascendeu a € 406 mil.

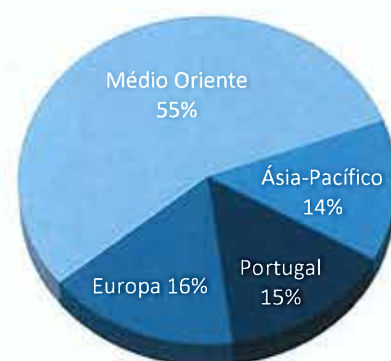
Em termos de rendimentos financeiros, o balanço entre juros e rendimentos

similares obtidos e suportados foi positivo, cifrando-se em €7 mil, valor muito inferior ao registado em 2015, devido à forte quebra da remuneração dos depósitos bancários.

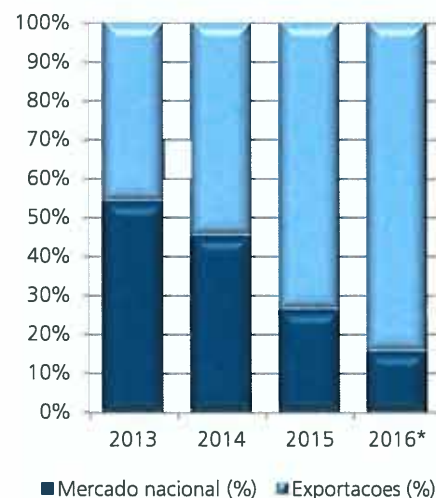
Os fluxos de caixa das actividades operacionais foram positivos, tendo contudo diminuído 47% face a 2015.

As exportações representaram, no exercício, 85% do volume de negócios, a maior quota de sempre na história da empresa.

Distribuição geográfica das vendas



Mercado nacional vs Exportações



* Período de Janeiro de 2016 a Abril de 2017

É também de salientar que, desde 2008, a empresa não tem tido necessidade de recorrer a empréstimos bancários.

Concluindo, a situação financeira da EID em 30 de Abril de 2017, permanece francamente positiva. Como aspectos mais relevantes, salientamos o seguinte:

- a) o total do Activo é de €18 milhões;
- b) o Capital Próprio é de €8,5 milhões, o que traduz uma Autonomia Financeira de 47%;
- c) o Passivo no final do período ascendia a €9,5 milhões, tendo-se verificado uma redução de 14% em relação ao exercício anterior, sobretudo devido às rubricas Fornecedores e Diferimentos;
- d) o Rácio de Solvabilidade situa-se em 0,89 e o Rácio de Endividamento diminuiu de 2,41 para 1,13;
- e) o Fundo de Maneio aumentou de €4 milhões para cerca de €8 milhões;
- f) o rácio de Liquidez geral subiu para 1,9 no final do exercício;
- g) o rácio Capital Próprio/Capital Subscrito aumentou para 7,7.

Verifica-se portanto uma melhoria generalizada dos indicadores, resultado de uma gestão criteriosa, apostada na diversificação geográfica de mercados e no permanente esforço de I&D com o objectivo de assegurar a sustentabilidade da empresa no médio e longo prazo.

De salientar que desde 2008 a empresa não necessita de recorrer a empréstimos bancários para desenvolver as suas actividades e levar a cabo os investimentos, tangíveis e intangíveis, fundamentais para o seu desenvolvimento.

As disponibilidades de caixa a 30 de Abril de 2017 eram de €9 milhões



Comunicações Navais

As vendas da área de negócios de comunicações navais cifraram-se em €7,2 milhões, dos quais 87% foram concretizados através de exportações.

A captação de encomendas registou o valor de €7,7 milhões, sendo que também aqui o mercado externo teve uma expressão esmagadora: 96%.

Dos novos contratos firmados no exercício destacam-se os relativos ao fornecimento de sistemas ICCS para 2 navios reabastecedores da Marinha da Austrália e à implementação do designado Woomera Test Range, também destinado às forças armadas australianas. Saliente-se que este sistema, embora de utilização em terra, foi concebido e desenhado com recurso a módulos de hardware e software usados no ICCS.

A actividade do período focou-se fundamentalmente na execução dos contratos em curso, sendo de salientar: a entrega de dois sistemas integrados de comunicações para os Strategic Sealift Vessels da Marinha das Filipinas e da conclusão do sistema para o primeiro navio de treino da marinha da Malásia; o fornecimento de dois sistemas para navios patrulha da classe River da Marinha Britânica e o fornecimento de sistemas para as fragatas M das marinhas belga e holandesa e para o LPD Rotterdam, também da marinha holandesa.

No campo do apoio logístico, a EID prestou regularmente serviços de apoio logístico às marinhas portuguesa, espanhola, holandesa, filipina, inglesa e australiana.

Comunicações de campanha

O desenvolvimento do negócio das comunicações de campanha tem-se vindo a revelar consistentemente promissor. Para além dos mercados já consolidados, como os do Egipto, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh e Malásia, conquistámos novos clientes na Austrália, Suíça, Espanha e Arábia Saudita.

As vendas desta gama de produtos atingiram, no exercício, €3,5 milhões, sendo de relevar que se trataram de negócios concretizados integralmente no mercado externo.

As encomendas captadas no período ascenderam a €2,3 milhões.

A EID irá fornecer os SICC dos navios AOR (Auxiliary Oiler Replenishment) da Marinha Real Australiana .



Concluiu-se com pleno sucesso o fornecimento dos sistemas de comunicações dos Strategic Sealift Vessels da Marinha das Filipinas.



O lançamento no mercado da nova central telefónica CD-116/IP, dotada de interfaces e capacidade IP, foi decisivo para o aumento do volume de negócios dos sistemas de comunicações de campanha.



Comunicações Tácticas

Esta designação enquadra os sistemas integrados para comunicações de voz, analógica e sobre IP, dados e vídeo para todos os tipos de viaturas militares e postos de comando, bem como as comunicações via rádio de proximidade, com recurso a rádios pessoais, até comunicações de longa distância.

O volume de negócios deste sector foi de €15,5 milhões, representando cerca de 60% das exportações globais da empresa. Já a captação de novas encomendas superou os €16 milhões.

Da actividade do exercício sublinha-se o fornecimento de sistemas de intercomunicação para o Egipto, para a Argélia, para a Indonésia e ainda para Singapura e Portugal, no âmbito da modernização dos carros de Combate Leopard do Exército.

De realçar também o início do desenvolvimento da nova geração de sistemas de intercomunicação, designada por ICC-401, que terá a responsabilidade de dar continuidade ao sucesso do produto existente, o ICC-201.

A actividade no âmbito do rádio pessoal TWH teve um incremento significativo, incluindo fornecimentos para a Malásia, Emirados Árabes Unidos e Força Aérea Portuguesa, incluindo os primeiros fornecimentos da nova versão TWH-104. O bom posicionamento do produto face aos programas 'soldado do futuro', em desenvolvimento um pouco por todo o mundo, contribuirá certamente para um incremento significativo das vendas desta linha de produtos.

No âmbito do programa SIC-Táctico, o Ministério da Defesa Nacional adjudicou à EID o fornecimento de rádios PRC-525, no valor de € 7,5 milhões, que se estenderá até 2023.

Do ponto de vista do desenvolvimento de negócios, intensificaram-se os esforços conducentes não só à consolidação dos mercados actuais como ao alargamento a novas geografias, como sejam o Kuwait, Arábia Saudita, Bangladesh e Espanha.

Sistemas e Apoio logístico

No âmbito da actividade de Integração de sistemas foi concluída a instalação do sistema BRASS (Broadcast and Ship Shore) em Portugal e o fornecimento do sistema GMDSS (Global Maritime Distress and Safety at Sea).

A manutenção de sistemas de comunicações representou um volume de negócios de cerca de €2 milhões, sendo de realçar o fornecimento de sobresselentes para o sistema VTS (Vessel Traffic Service) costeiro português e o contrato de manutenção do sistema MMHS das Forças Armadas nacionais, que permitiu a sua extensão a mais 240 utilizadores.

A EID forneceu 1.368 sistemas de intercomunicação para veículos do Exército do Egipto, no âmbito de contratos de grande dimensão, que incluíram transferência de tecnologia com vista a capacitar uma empresa egípcia para produzir os sistemas localmente.



O novo rádio pessoal da família TWH-100 já está em uso na Malásia, Emirados Árabes Unidos e Portugal.



A EID vai fornecer o sistema de comunicações PRC-525 para equipar os *shelters* do futuro sistema SIC-Táctico do Exército Português.



Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) foi objecto de auditorias externas realizadas pela APCER e pela DGRDN, para acompanhamento das certificações segundo as Normas ISO 9001 e AQAP 2110 respectivamente, e de uma auditoria de cliente no âmbito de contratos de fornecimento em perspectiva.

Deu-se continuidade à preparação da migração do SGQ para o referencial ISO 9001:2015, através da frequência de formação apropriada, do refinamento da *gap analysis* ao SGQ existente na EID face ao novo referencial normativo e estruturado um cronograma para a transição do SGQ para as novas versões dos referenciais ISO 9001 e AQAP 2110.

Prosseguiu-se o ciclo de planeamento dos objectivos da qualidade, de monitorização dos processos, de avaliação da satisfação do Cliente, de avaliação dos fornecedores, de auditoria interna e de revisão do SGQ.

Na sequência da alteração orgânica e funcional operada na EID em 2016, a documentação do SGQ foi conformada com o novo contexto organizacional, nomeadamente ao nível do Manual da Qualidade e da regulamentação do processo de Vendas, e procedeu-se ao ajustamento da documentação do SGQ afectada pela entrada em exploração da nova aplicação "Gestão de Obras e Débitos", desenvolvida internamente.

Os negócios foram apoiados nas matérias relacionadas com a Qualidade, no âmbito da preparação de Propostas, na elaboração dos Planos da Qualidade, Planos de Gestão do Risco, Planos de Gestão da Configuração e Planos de Operações e Controlo, na participação em visitas de Cliente e a Cliente, no controlo final do produto a fornecer a Cliente bem como em auditorias de Cliente e a fornecedor.

Higiene e Segurança no Trabalho

No que concerne à garantia das condições físicas do local de trabalho, foram realizadas actividades de monitorização, nomeadamente a nível da iluminação, temperatura, humidade e concentração de fibras no ar, tendo sido desenvolvidas as acções necessárias nos casos em que os parâmetros divergiam dos valores recomendados.

Relativamente à formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho, foi alargado a mais 20 trabalhadores o treino na utilização dos meios de combate a incêndio. Deu-se ainda continuidade à prática de, na fase de acolhimento, todos os novos trabalhadores frequentarem uma acção de sensibilização sobre procedimentos gerais de emergência e riscos específicos da sua função.

Passou a ser efectuado um contacto inicial com as entidades externas que desenvolvam trabalhos nas instalações que possam envolver algum risco, transmitindo-lhes informação sobre os cuidados a observar no decorrer da intervenção.

As actividades de rotina incluíram o acompanhamento das acções definidas no âmbito da Gestão de Riscos, a resposta a obrigações legais e o acompanhamento dos serviços externos de manutenção dos meios de segurança.

Código de Conduta

O Conselho de Administração da EID promoveu a elaboração e aprovou o Código de Conduta da empresa, tendo como base a legislação pertinente emanada do Governo da República de Portugal e a *Anti-bribery Policy* da Cohort plc.

Asia-Pacific Regional Office

No seu quarto ano de actividade, a delegação da EID na região Ásia-Pacífico continuou a divulgação da empresa e dos seus produtos, o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e a consolidação da rede de contactos na região.

Destas acções resultaram novos contratos, dos quais serão utilizadores finais as Marinhas da Indonésia e da Malásia, a revisão da nossa representação na Indonésia e o estabelecimento de novas parcerias neste país, na Malásia, na Tailândia e em Singapura.

No período, a delegação participou nas feiras DSA 2016 (Kuala Lumpur, Malásia) e ADAS 2016 (Manila, Filipinas).

No início de Abril de 2017, a delegação foi transferida de Kuala Lumpur para Jakarta, pelo facto de esta nova localização estar mais alinhada com as potenciais oportunidades de negócio na região.

O Sistema de Gestão da Qualidade da EID foi objecto de auditorias externas para seguimento das certificações segundo as Normas ISO 9001 e AQAP 2110.



Em Março de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta da EID.



A delegação da EID em Kuala Lumpur foi transferida para Jakarta, Indonésia, no início de Abril de 2017. A percepção de importantes oportunidades de negócio neste país esteve na base desta decisão.



Participações em Feiras e Exposições

Dando continuidade ao crescente esforço de internacionalização, a EID participou em alguns dos mais importantes certames internacionais neste domínio, realizados na Europa, Médio Oriente, Ásia e América do Sul.



DefExpo, 28 a 31 de
Março, Goa, Índia



Defense Expo, 19 a 21 de
Abril, Cairo, Egipto



DSA 2016, 18 a 21 de
Abril, Kuala Lumpur,
Malásia



Eurosatory 2016, 13 a 17
de Junho, Paris, França



ADAS, 28 a 30 de
Setembro, Manila, Filipinas



IndoDefence, 2 a 5 de
Novembro, Jakarta,
Indonésia



IDEX 2017, 19 a 23 de
Fevereiro, Abu Dhabi,
Emirados Árabes Unidos



LAAD 2017, 4 a 7 de Abril,
Rio de Janeiro, Brasil

Formação e Recursos Humanos

A forte componente tecnológica da actividade da EID, que implica necessidades intensivas de investigação e desenvolvimento, requer que a empresa assuma o capital humano como um factor decisivo para assegurar a expansão dos seus negócios nos mercados de grande exigência em que actua.

Assim, no decurso do ano foram admitidos 19 novos colaboradores, em resultado de um acréscimo significativo de produção, decorrente da concretização de diversos contratos de fornecimento de equipamentos e sistemas de comunicações militares, como já referido neste relatório. Houve uma preocupação sistemática em proporcionar formação inicial aos novos trabalhadores de forma a integrá-los facilmente nas equipas de trabalho.

Refira-se que o absentismo foi razoavelmente baixo, cifrando-se em 1,92%. Em média, o número de trabalhadores no período foi de 141.

Na prossecução do seus objectivos em termos de potencial humano, a empresa proporcionou formação a jovens estagiários, recorrendo a medidas de emprego que visam complementar a sua qualificação académica, através de formação e experiência prática em contexto empresarial, bem como promover a sua inserção na vida activa. Todos esses estagiários foram contratados pela empresa, dado o seu elevado potencial.

Para além da formação contínua, inerente às funções que cada colaborador desempenha, 19% dos trabalhadores frequentaram no exercício acções de formação totalizando 35 ou mais horas de duração. O número total de horas de formação foi de 7.037, abrangendo 124 colaboradores da empresa.

No que respeita ao treino e formação profissional, 19% dos trabalhadores tiveram pelo menos 35 horas de formação.

Foram ministrados 44 cursos de formação, num total de 7.037 horas, tendo abrangido 124 colaboradores da empresa

Distribuição dos recursos humanos segundo a especialização profissional



Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de €3.798.893,35 (três milhões setecentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e três euros e trinta e cinco cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados	€3.798.893,35
------------------------	---------------

Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem reflectidos nas demonstrações financeiras;
- b) nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social.





O desempenho económico e financeiro da empresa manteve-se a um excelente nível, algo que se vem registando desde 2007. Foi notória uma certa expansão dos mercados nacional e europeu, o que contribuiu para o aumento do volume de negócios.

A empresa está determinada em reforçar a sua presença nos mercados internacionais, cada vez mais exigentes e competitivos. A aposta na inovação e nas novas tecnologias é também um factor crítico de sucesso, pelo que a EID continua a alocar significativos recursos técnicos e financeiros ao desenvolvimento, lançamento e promoção de novos produtos, bem como à evolução tecnológica e funcional da sua oferta global.

Desta forma, o Conselho de Administração manifesta aos Senhores Accionistas a sua confiança no futuro da EID, alicerçada na concretização de um projecto coerente, ambicioso e plausível que contará com o seu total

empenhamento.

De facto, perspectiva-se para 2017/2018 um desempenho no mínimo semelhante ao dos 12 meses precedentes, tanto em termos de vendas, EBITDA e Resultados Líquidos. Quanto à captação de novas encomendas, prevê-se que se mantenha a prevalência do mercado externo.

Para terminar, o Conselho de Administração expressa mais uma vez o seu agradecimento:

- aos nossos Clientes, nacionais e estrangeiros, pela confiança que em nós e nas nossas capacidades têm depositado, traduzida pela aposta continuada na adopção dos nossos produtos e soluções;
- ao Ministério da Defesa Nacional e às Forças Armadas Portuguesas, cujo apoio inexcedível se tem revelado fundamental para desenvolver e consolidar o prestígio e

projecção da EID, a nível internacional;

- aos nossos Parceiros e Fornecedores, pelo excelente espírito de cooperação que evidenciaram;
- aos Senhores Accionistas, pelo continuado apoio que nos vêm manifestando; e
- aos Colaboradores da empresa, pelo esforço e dedicação demonstrados.

Lazarim, 30 de Junho de 2017

O Conselho de Administração

Andrew Stephen Thomis
Presidente

António Sérgio Feliz Marcos Lopes
Presidente Executivo

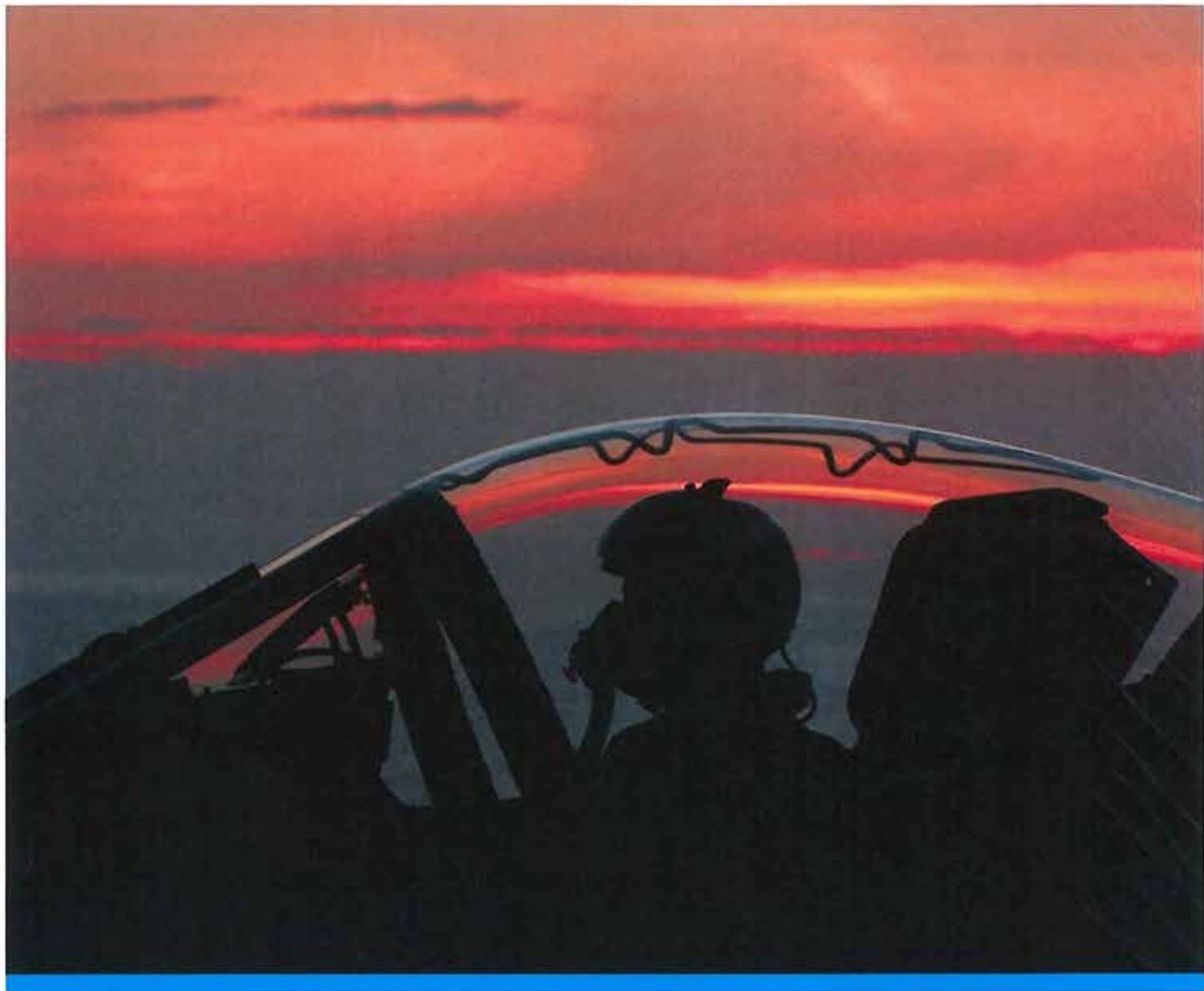
João da Cruz de Carvalho Abreu
Vogal

Simon Robert Walther
Vogal

Venâncio Jorge Pereira da Silva Brites Lebre
Administrador Financeiro

Edorindo dos Santos Ferreira
Vogal

Mário Eduardo Pires Guerra
Vogal



Documentos Financeiros

Demonstrações Financeiras do Período 2016/2017 da EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica,S.A.

ÍNDICE

BALANÇO EM 30 DE ABRIL DE 2017	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 30 DE ABRIL DE 2017	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2015 ..	22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2017	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2017	24
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF.....	27
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	27
5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	44
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	44
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	46
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	48
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	49
10. CRÉDITOS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	50
11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	50
12. INVENTÁRIOS.....	52
13. CLIENTES.....	53
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	54
15. DIFERIMENTOS	54
16. CAPITAL SUBSCRITO	55
17. PRÉMIOS DE EMISSÃO.....	55
18. RESERVAS LEGAIS	55
19. OUTRAS RESERVAS	55
20. RESULTADOS TRANSITADOS.....	56
21. AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	56
22. PROVISÕES.....	56
23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	57
24. FORNECEDORES.....	57
25. ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	58
26. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	58
27. SUBSÍDIOS.....	58
28. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	59
29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	59
30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	59
31. GASTOS COM O PESSOAL	60
32. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES).....	60
33. PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	61

34.	OUTROS RENDIMENTOS	61
35.	OUTROS GASTOS	61
36.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	61
37.	RESULTADOS FINANCEIROS	62
38.	LOCAÇÕES	62
39.	PARTES RELACIONADAS	62
40.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	63

EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica ,S.A.

Balanço em 30 de Abril de 2017

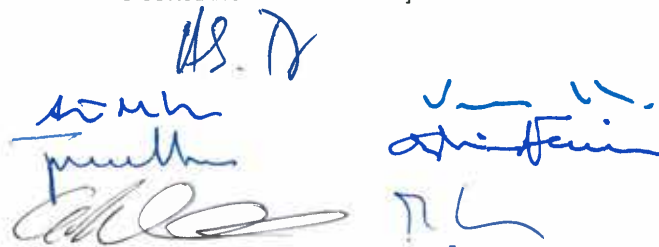
	Notas	<u>Abr 2017</u>	<u>DEZ 2015*</u>
		Euro	Euro
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	298.061,68	310.687,40
Ativos intangíveis	8	36.296,53	440.092,24
Outros investimentos financeiros	9	8.407,35	3.418,46
Ativos por impostos diferidos	11	204.208,94	123.810,79
		<u>546.974,50</u>	<u>878.008,89</u>
Ativo corrente			
Inventários	12	2.662.169,46	4.358.615,28
Clientes	13	4.840.092,87	2.262.342,63
Estado e outros entes públicos	14	182.477,44	-
Outros créditos a receber	10	432.571,21	741.822,59
Diferimentos	15	155.048,26	78.281,69
Caixa e depósitos bancários	5	9.172.182,97	7.454.600,29
		<u>17.444.542,21</u>	<u>14.895.662,48</u>
Total do Ativo		<u>17.991.516,71</u>	<u>15.773.671,37</u>
Capital Próprio			
Capital subscrito	16	1.100.000,00	1.100.000,00
Premios de emissão	17	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	18	307.210,12	219.999,78
Outras reservas	19	1.524.051,33	1.524.051,33
Resultados transitados	20	1.425.337,43	-
		<u>4.656.598,88</u>	<u>3.144.051,11</u>
Resultado líquido do período	21	3.798.893,35	1.512.547,77
Total do Capital Próprio		<u>8.455.492,23</u>	<u>4.656.598,88</u>
Passivo não corrente			
Provisões	22	536.861,75	795,23
		<u>536.861,75</u>	<u>795,23</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	24	876.165,37	1.685.239,53
Adiantamentos de clientes	25	5.341,42	5.203,97
Estado e outros entes públicos	14	1.036.345,67	1.036.700,60
Outras dívidas a pagar	23	2.795.275,93	1.395.870,13
Diferimentos	15	4.286.034,34	6.993.263,03
		<u>8.999.162,73</u>	<u>11.116.277,26</u>
Total do Passivo		<u>9.536.024,48</u>	<u>11.117.072,49</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>17.991.516,71</u>	<u>15.773.671,37</u>

(*) Os valores referentes a 2015 encontram-se reexpressos conforme divulgado na nota 6 do Anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 30 de Abril de 2017

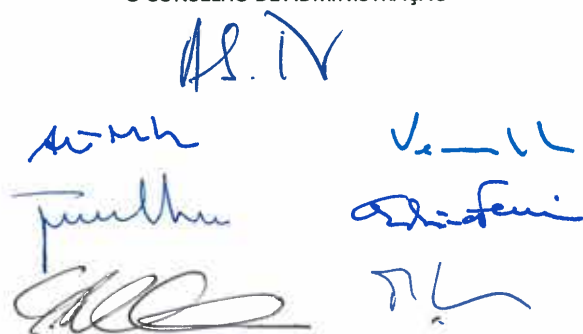
	Notas	<u>Abr 2017</u>	<u>2015*</u>
		Euro	Euro
Vendas e serviços prestados	26	28.333.548,65	16.527.839,390
Subsídios à exploração	27	10.893,67	21.180,750
Variação nos inventários da produção	28	(1.030.951,10)	1.978.971,380
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(8.623.590,49)	(6.098.594,570)
Fornecimentos e serviços externos	30	(4.632.231,40)	(3.081.127,660)
Gastos com o pessoal	31	(8.040.725,02)	(5.927.324,610)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	12	(14.518,94)	(47.040,590)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32	-	(191.173,150)
Provisões (aumentos/reduções)	33	(536.066,52)	-
Outros rendimentos	34	176.191,12	268.585,480
Outros gastos	35	(77.950,07)	(151.740,540)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>5.564.599,90</u>	<u>3.299.575,880</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	(546.707,04)	(1.199.457,050)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>5.017.892,86</u>	<u>2.100.118,830</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	37	7.645,68	47.502,270
Juros e gastos similares suportados	37	-	(601,880)
Resultado antes de impostos		<u>5.025.538,54</u>	<u>2.147.019,220</u>
Imposto sobre o rendimento do período	11	(1.226.645,19)	(634.471,450)
Resultado líquido do período		<u>3.798.893,35</u>	<u>1.512.547,770</u>

(*) Os valores referentes a 2015 encontram-se reexpressos conforme divulgado na nota 6 do Anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica ,S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2015 *

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total		
Posição em 1 de Janeiro de 2015	1	11 000 000,00	300 000,00	634 446,25	2 829 555,29	-	1 427 890,57	16 191 892,11	-	16 191 892,11
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	71 394,53	1 356 496,04	-	(1 427 890,57)	-	-	-
	2	-	-	71 394,53	1 356 496,04	-	(1 427 890,57)	-	-	-
Resultado Líquido do período	3 6,21						1 744 206,80	1 744 206,80		1 744 206,80
Resultado Integral	4 = 2 + 3						316 316,23	-	-	316 316,23
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	(2 662 000,00)	-	-	(2 662 000,00)	-	(2 662 000,00)
Entradas para a cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital		(9 900 000,00)	-	(485 841,00)	-	-	-	(10 385 841,00)	-	(10 385 841,00)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	(9 900 000,00)	-	(485 841,00)	(2 662 000,00)	-	-	(13 047 841,00)	-	(13 047 841,00)
Efeito da reexpressão dos valores de 2015*							(231 659,03)	(231 659,03)		
Posição em 31 de Dezembro de 2015	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1 100 000,00	300 000,00	219 999,78	1 524 051,33	-	1 512 547,77	4 656 598,88	-	4 888 257,91

(*) Os valores referentes a 2015 encontram-se reexpressos conforme divulgado na nota 6 do Anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

V. M. L.

António
Ferreira
António
Ferreira

EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica ,S.A.

Demonstração das Alterações do Capital Próprio do período findo em 30 de Abril de 2017

(valores em Euros) (valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 1 de Janeiro de 2016	1	1.100.000,00	300.000,00	219.999,78	1.524.051,33	-	1.512.547,77	4.656.598,88	-	4.656.598,88
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	87.210,34	-	1.425.337,43	(1.512.547,77)	-	-	-
	3	-	-	87.210,34	-	1.425.337,43	(1.512.547,77)	-	-	-
Resultado Líquido do período	4 6						3.798.893,35	3.798.893,35		3.798.893,35
Resultado Integral	5 = 3 + 4						2.286.345,58	-	-	2.286.345,58
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30 de Abril de 2017	7 = 1 + 2 + 3 + 4	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	1.425.337,43	3.798.893,35	8.455.492,23	-	8.455.492,23

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ver 11.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver 11.

EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica ,S.A.

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 30 de Abril de 2017

	Nota	Abr 2017	2015*
		Euro	Euro
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		23.495.937,45	21.461.807,89
Pagamentos a fornecedores		(12.715.896,07)	(10.547.876,96)
Pagamentos ao pessoal		(4.152.233,47)	(3.156.207,36)
Caixa gerada pelas operações		6.627.807,91	7.757.723,57
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(836.254,71)	(191.783,94)
Outros recebimentos / pagamentos		(3.979.147,33)	(4.154.284,68)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.812.405,87	3.411.654,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(113.893,62)	(98.667,54)
Ativos intangíveis		(1.500,00)	(2.372,76)
		(115.393,62)	(101.040,30)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	27	10.893,67	15.608,16
Juros e rendimentos similares	37	8.411,40	94.600,02
		19.305,07	110.208,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(96.088,55)	9.167,88
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	(872,37)
Dividendos		-	(2.514.073,31)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(10.381.080,42)
Outras operações de financiamento		-	(6.426,63)
		-	(12.902.452,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	(12.902.452,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.716.317,32	(9.481.629,90)
Efeito das diferenças de câmbio		1.265,36	75.440,10
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.454.600,29	16.860.790,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.172.182,97	7.454.600,29

(*) A reexpressão conforme divulgada nota 6 do Anexo não tem implicações na Demonstração de Fluxos de Caixa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ver - 14.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AS TV
com
puella
all
Ver - 14
G. S. F. S.
TL



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A., adiante designada por EID é uma sociedade anónima, com sede na Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim, Almada, constituída em 8 de Junho de 1983 e que tem como actividade principal o estudo, a investigação, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de protótipos e de pequenas séries de equipamentos e sistemas das tecnologias da informação, nomeadamente no sector das telecomunicações, do comando e do controlo, bem como a produção, representação, comercialização de bens e tecnologias militares e civis.

Salvo quando indicado de forma diversa, a informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato do Grupo.

A EID adoptou um período fiscal diferente do ano civil sendo que o Ano 2016 corresponde ao período de 1 de Janeiro de 2016 a 30 de Abril de 2017. Esta alteração resultou da alteração da estrutura accionista no decorrer do exercício e visa adequar o período de relato ao período em vigor no grupo detentor da maioria do capital. Desta forma não são inteiramente comparáveis as quantias comparativas da demonstração de resultados, da demonstração das alterações no capital próprio, da demonstração de fluxos de caixa e das notas do anexo relacionadas].

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCFR”), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 30 de Junho de 2017 são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

O período com início em 1 de Janeiro de 2016 foi o período de aplicação pela Empresa das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. A Empresa aplicou as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015 sem qualquer impacto em termos de reexpressão dos saldos existentes no início desse período, decorrente da adopção das alterações introduzidas pelo referido decreto.

Importa referir que, em virtude da Empresa ter procedido a uma alteração do seu ano fiscal, as demonstração de resultados por naturezas e demonstrações de fluxos de caixa relativas ao período 2016/2017 não são comparáveis com as do período anterior.

É igualmente de salientar que, por força da alteração da política contabilística do reconhecimento do rédito, a Empresa procedeu à reexpressão com referência a 31 de Dezembro de 2015, conforme detalhado na nota 6.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em melhorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Ativos Intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha recta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	Número de anos
Programas de computador	3
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5
Outros	10

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Uma vez reconhecida imparidade no *goodwill* esta não é passível de reversão.

Ativos intangíveis gerados internamente

O dispêndio com pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projecto interno) é reconhecido como um gasto quando incorrido.

A Empresa reconhece um ativo intangível proveniente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projecto interno) quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos directamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida, nomeadamente:

- Os custos dos materiais e serviços usados ou consumidos ao gerar o ativo intangível;
- Os custos dos benefícios dos empregados associados à formação do ativo intangível;
- As taxas de registo de um direito legal; e
- A amortização de patentes e licenças que sejam usadas para gerar o ativo intangível.

Os seguintes custos são reconhecidos como gastos do período:

Dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais a menos que estes dispêndios possam ser directamente atribuídos à preparação do ativo para uso;

Ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado; e

Dispêndios com a formação do pessoal para utilizar o ativo.

Os gastos com projectos de desenvolvimento até ao exercício de 2015 eram capitalizados no momento da conclusão do projecto e início da comercialização do produto associado ou utilização, sendo amortizados pelo método das quotas constantes recta por um período de três anos, excepto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adopção de outro critério.

O projecto de Investigação e Desenvolvimento P-GRC/525 foi capitalizado após o início da sua comercialização e de acordo com o cumprimento do plano de reconhecimento de rendimentos deste tendo sido totalmente amortizado no exercício de 2016/2017.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de *software* efectuados pela Empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,25% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2015 a 2017 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

(i) Matérias-Primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. As existências em armazém encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

(ii) Produtos intermédios, acabados e produtos e trabalhos em curso:

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção, que inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, subcontratos e gastos gerais de fabrico e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior (identificar caso se aplique), que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso deste estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para garantias a clientes

As provisões para garantias a clientes destinam-se a fazer face a encargos a suportar derivados de garantias previstas em contratos de fornecimento ou prestação de serviços, estas são calculadas com base na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para reestruturação

A Empresa constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afectadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

A provisão para reestruturação inclui apenas os dispêndios directos provenientes da reestruturação, que são os que, simultaneamente, estão necessariamente associados à reestruturação e não associados com as actividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de deslocalizar ou voltar a formar pessoal que se mantém, comercialização ou investimento em novos sistemas e redes de distribuição. Estes dispêndios relacionam-se com a conduta futura da Empresa e não são passivos de reestruturação à data do balanço. São reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão para reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

Passivos de carácter ambiental

A Empresa constitui um passivo de carácter ambiental quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva de evitar, reduzir ou reparar danos ambientais no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza descrever os bens para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo. Os dispêndios de carácter ambiental relacionados com danos que ocorreram num período anterior são registados como gastos no período corrente.

Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos nem passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Durante o exercício de 2015 a empresa adoptava o método de reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento para projectos plurianuais, no entanto e na sequência da alteração accionista que se verificou durante o exercício de forma a adequar o reconhecimento do rédito às práticas do grupo Cohort, PLC o reconhecimento do rédito passou a ser realizado de acordo com a verificação de concretização de determinados marcos “milestones” no plano de reconhecimento de rendimentos do projecto

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido numa base duodécimal em relação a contratos de serviços de carácter continuado e termo anual correspondendo cada periodo a um marco de reconhecimento, para os restantes casos o reconhecimento segue as regras de reconhecimento da venda de bens, quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de Maio de 2017, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados em nota própria.

Instrumentos Financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efectuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associado a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Empresa designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objectiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para activos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objectiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para activos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um activo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Contabilidade de cobertura

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta

os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As quantias estimadas para fazer face a gastos referentes a obrigações futuras são-no baseadas na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa quanto à existência de prova objectiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de

dívidas e outros factores incluindo o factor de actualização financeira (à taxa de juro original efectiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

5. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento, a Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 30 de Abril de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Euro
Caixa	704,50	887,63
Depósitos bancários	9.171.478,47	7.453.712,66
	<u>9.172.182,97</u>	<u>7.454.600,29</u>

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa alterou as seguintes políticas contabilísticas:

A empresa adoptava o método de reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento para projectos plurianuais, no entanto e na sequência da alteração accionista que se verificou durante o exercício de forma a adequar o reconhecimento do rédito às práticas do grupo Cohort, PLC o reconhecimento do rédito passou a ser realizado de acordo com a verificação de concretização de determinados marcos “milestones” no plano de reconhecimento de rendimentos do projecto.

Os projectos, quer sejam de fornecimento ou de prestação de serviços, geradores de rédito, foram revistos e definidos qualitativa e quantitativamente de forma a identificarem inequivocamente os respectivos marcos no decorrer de todo o prazo do projecto bem como os pressupostos subjacentes ao seu registo, desta forma as contas de 2015 encontram-se reexpressas, tendo o impacto da alteração da politica contabilistica sendo reflectida nas contas de capital (Resultado liquido do período).

A Reexpressão das contas de 2015 detalha-se de seguida:

Reexpressão do Balanço	Dez 2015	Ajustamento	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro	Euro
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	310.687,40	-	310.687,40
Ativos intangíveis	440.092,24	-	440.092,24
Outros investimentos financeiros	3.418,46	-	3.418,46
Ativos por impostos diferidos	56.747,66	67.063,13	123.810,79
	810.945,76	67.063,13	878.008,89
Ativo corrente			
Inventários	2.498.596,43	1.860.018,85	4.358.615,28
Clientes	2.262.342,63	-	2.262.342,63
Estado e outros entes públicos	-	-	-
Outros créditos a receber	2.211.274,25	(1.469.451,66)	741.822,59
Diferimentos	78.281,69	-	78.281,69
Caixa e depósitos bancários	7.454.600,29	-	7.454.600,29
	14.505.095,29	390.567,19	14.895.662,48
Total do Ativo	15.316.041,05	457.630,32	15.773.671,37
Capital Próprio			
Capital subscrito	1.100.000,00	-	1.100.000,00
Premios de emissão	300.000,00	-	300.000,00
Reservas legais	219.999,78	-	219.999,78
Outras reservas	1.524.051,33	-	1.524.051,33
Resultados transitados	-	-	-
	3.144.051,11	-	3.144.051,11
Resultado líquido do período	1.744.206,80	(231.659,03)	1.512.547,77
Total do Capital Próprio	4.888.257,91	(231.659,03)	4.656.598,88
Passivo não corrente			
Provisões	795,23	-	795,23
	795,23	-	795,23
Passivo corrente			
Fornecedores	1.685.239,53	-	1.685.239,53
Adiantamentos de clientes	5.203,97	-	5.203,97
Estado e outros entes públicos	1.036.700,60	-	1.036.700,60
Outras dívidas a pagar	1.122.474,36	273.395,77	1.395.870,13
Diferimentos	6.577.369,45	415.893,58	6.993.263,03
	10.426.987,91	689.289,35	11.116.277,26
Total do Passivo	10.427.783,14	689.289,35	11.117.072,49
Total do Capital Próprio e Passivo	15.316.041,05	457.630,32	15.773.671,37

Reexpressão da Demonstração de Resultados	2015	Ajustamento	2015 Reexpresso
	Euro	Euro	Euro
Vendas e serviços prestados	18.413.184,63	(1.885.345,24)	16.527.839,39
Subsídios à exploração	21.180,75	-	21.180,75
Variação nos inventários da produção	118.952,53	1.860.018,85	1.978.971,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6.098.594,57)	-	(6.098.594,57)
Fornecimentos e serviços externos	(2.807.731,89)	(273.395,77)	(3.081.127,66)
Gastos com o pessoal	(5.927.324,61)	-	(5.927.324,61)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	(47.040,59)	-	(47.040,59)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(191.173,15)	-	(191.173,15)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Outros rendimentos	268.585,48	-	268.585,48
Outros gastos	(151.740,54)	-	(151.740,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.598.298,04	(298.722,16)	3.299.575,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.199.457,05)	-	(1.199.457,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.398.840,99	(298.722,16)	2.100.118,83
Juros e rendimentos similares obtidos	47.502,27	-	47.502,27
Juros e gastos similares suportados	-601,88	-	-601,88
Resultado antes de impostos	2.445.741,38	(298.722,16)	2.147.019,22
Imposto sobre o rendimento do período	(701.534,58)	67.063,13	(634.471,45)
Resultado líquido do período	1.744.206,80	(231.659,03)	1.512.547,77

7. Ativos Fixos Tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Euro
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	130.391,89	130.391,89
Equipamento básico	5.243.626,11	5.139.077,66
Equipamento de transporte	21.363,91	21.363,91
Equipamento administrativo	2.574.385,15	2.550.696,59
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	230.675,66
	<u>8.200.442,72</u>	<u>8.072.205,71</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(140.862,73)	(144.759,49)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	<u>(7.761.518,31)</u>	<u>(7.616.758,82)</u>
	<u>(7.902.381,04)</u>	<u>(7.761.518,31)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>298.061,68</u>	<u>310.687,40</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2016 são analisados como segue:

2016					
	Saldo em Jan 2016 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Valor bruto					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.139.077,66	104.548,45	-	-	5.243.626,11
Equipamento de transporte	21.363,91	-	-	-	21.363,91
Equipamento administrativo	2.550.696,59	23.688,56	-	-	2.574.385,15
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	8.072.205,71	128.237,01	-	-	8.200.442,72
	Saldo em Jan 2016 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Edifícios e outras construções	126.946,97	2.306,75	-	-	129.253,72
Equipamento básico	4.931.075,51	89.455,14	-	-	5.020.530,65
Equipamento de transporte	15.350,72	3.383,20	-	-	18.733,92
Equipamento administrativo	2.458.307,82	45.455,27	-	-	2.503.763,09
Outros ativos fixos tangíveis	229.837,29	262,37	-	-	230.099,66
	7.761.518,31	140.862,73	-	-	7.902.381,04

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015 são analisados como segue:

2015					
	Saldo em Jan 2015 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Dez 2015 Euro
Valor bruto					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.105.126,59	33.951,07	-	-	5.139.077,66
Equipamento de transporte	73.284,35	-	(51.920,44)	-	21.363,91
Equipamento administrativo	2.534.764,49	15.932,10	-	-	2.550.696,59
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	8.074.242,98	49.883,17	(51.920,44)	-	8.072.205,71
	Saldo em Jan 2015 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Dez 2015 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Edifícios e outras construções	130.091,21	2.039,33	-	(5.183,57)	126.946,97
Equipamento básico	4.761.054,51	98.224,68	-	71.796,32	4.931.075,51
Equipamento de transporte	29.038,46	9.027,48	-	(22.715,22)	15.350,72
Equipamento administrativo	2.489.652,95	35.271,22	-	(66.616,35)	2.458.307,82
Outros ativos fixos tangíveis	229.636,91	196,78	-	3,60	229.837,29
	7.639.474,04	144.759,49	-	(22.715,22)	7.761.518,31

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

8. Ativos intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	1.199.788,92	1.197.740,32
Outros ativos intangíveis	50.720,00	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	13.493.170,54
	<u>14.743.679,46</u>	<u>14.741.630,86</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(405.844,31)	(1.054.697,56)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	<u>(14.301.538,62)</u>	<u>(13.246.841,06)</u>
	<u>(14.707.382,93)</u>	<u>(14.301.538,62)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>36.296,53</u>	<u>440.092,24</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2016 são analisados como segue:

	2016				
	Saldo em Jan 2016 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	1.197.740,32	2.048,60	-	-	1.199.788,92
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.741.630,86</u>	<u>2.048,60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.743.679,46</u>
</					

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2015 são analisados como segue:

	2015				
	Saldo em Jan 2015 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Dez 2015 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	1.195.364,55	2.375,77	-	-	1.197.740,32
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Projectos de Desenvolvimento	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.739.255,09</u>	<u>2.375,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.741.630,86</u>
	Saldo em Jan 2015 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Dez 2015 Euro
Amortizações acumuladas e imparidades					
Programas de computador	1.109.452,57	41.529,51	-	-	1.150.982,08
Outros activos intangíveis	11.412,01	5.072,00	-	-	16.484,01
Projectos de Desenvolvimento	12.125.976,48	1.008.096,05	-	-	13.134.072,53
	<u>13.246.841,06</u>	<u>1.054.697,56</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.301.538,62</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

9. Outros investimentos financeiros

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

	Saldo em Jan 2016 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	3.418,46	5.160,52	(171,63)	-	8.407,35
	<u>3.418,46</u>	<u>5.160,52</u>	<u>(171,63)</u>	<u>-</u>	<u>8.407,35</u>
	Saldo em Jan 2015 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Dez 2015 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	1.436,61	1.981,85			3.418,46
	<u>1.436,61</u>	<u>1.981,85</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.418,46</u>

10. Créditos a receber e Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Outros créditos a receber - Correntes		
Outros Devedores - Partes Relacionadas (Nota 39)	393,74	-
Adiantamento a fornecedores	233.443,43	174.002,55
Out- Devedores - Saldos com pessoal	1.778,91	354,00
Out- Devedores por acréscimo de rendimento	196.955,13	69.842,83
Out- Devedores (Cauções)	-	497.623,20
	<u>432.571,21</u>	<u>741.822,58</u>

O montante do impacto da reexpressão de contas de 2015 como indicado na nota 6 foi de Eur. (1.469.451,67) relativo ao desconhecimento do montante de acréscimos de rendimento, em Dez.2015 antes de reexpresso o montante de Outros Créditos a receber ascendia a Eur. 2.211.274,25.

11. Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Imposto corrente	1.307.043,34	710.839,10
Impostos diferidos de diferenças temporárias	(80.398,15)	(76.367,65)
	<u>1.226.645,19</u>	<u>634.471,45</u>

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	Activos por Impostos Diferidos	
	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Outros*	-	67.063,13
Provisões para garantias	119.445,64	-
Amortizações não aceites fiscalmente	25.290,72	-
Processos judiciais em curso	176,94	178,53
Imparidades em inventários	59.295,64	56.569,13
	<u>204.208,94</u>	<u>123.810,79</u>

(*) Valor referente a 2015 encontra-se reexpresso conforme divulgado na nota 6 do presente Anexo

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2016 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Constituição/ Reversão em resultados	Constituição/ Reversão em Capital Próprio	Saldo Final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Imposto diferido activo				
Outros *	67.063,13	-	(67.063,13)	-
Provisões para garantias	-	119.445,64	-	119.445,64
Amortizações não aceites fiscalmente	-	25.290,72	-	25.290,72
Processos judiciais em curso	178,53	(1,59)	-	176,94
Imparidades em inventários	56.569,13	2.726,51	-	59.295,64
	<u>123.810,79</u>	<u>147.461,28</u>	<u>(67.063,13)</u>	<u>204.208,94</u>

(*) Valor referente a 2015 encontra-se reexpresso conforme divulgado na nota 6 do presente Anexo

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2015 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Constituição/ Reversão em resultados	Saldo Final
	Euro	Euro	Euro
Imposto diferido activo			
Outros *	-	67.063,13	67.063,13
Processos judiciais em curso	1.332,15	(1.153,62)	178,53
Imparidades em inventários	46.110,99	10.458,14	56.569,13
	<u>47.443,14</u>	<u>76.367,65</u>	<u>123.810,79</u>

(*) Valor referente a 2015 encontra-se reexpresso conforme divulgado na nota 6 do presente Anexo

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2016 e 2015, é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Resultados antes de impostos	4.726.816,39	2.445.741,38
Taxa nominal de imposto	0,21	0,25
Imposto esperado	<u>992.631,44</u>	<u>611.435,35</u>
Diferenças permanentes		
Benefícios Fiscais	(111.888,07)	(140.768,51)
Multas e Coimas	375,00	-
Diferenças temporárias		
Imparidades e Provisões	536.834,34	-
Matéria colectável / colecta	<u>5.152.137,66</u>	<u>2.304.972,87</u>
Imposto	1.080.875,24	576.243,22
Tributação autónoma	84.062,43	75.872,10
Derrama	76.548,61	34.574,59
Derrama Estadual	65.557,07	24.149,19
Imposto corrente	<u>1.307.043,35</u>	<u>710.839,10</u>
Imposto diferido	<u>(80.398,15)</u>	<u>(76.367,65)</u>
Imposto sobre o Rendimento do Período	<u>1.226.645,20</u>	<u>634.471,45</u>
	<u>0,26</u>	<u>0,26</u>

O montante do impacto da reexpressão de contas de 2015 deve-se á diferença temporária reconhecida a qual se traduziu num decréscimo de resultado, como indicado na nota 6 foi de Eur. 67.063,13, e consequente reversão em 2016, em Dez.2015 antes de reexpresso o montante de imposto diferido ascendia a Eur. 9.304,52.

12. Inventários

A rubrica Inventários é analisada como segue:

Inventários	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	859.370,36	1.524.865,08
Produtos acabados e intermédios	162.562,40	231.467,41
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	1.640.236,70	2.602.282,79
	<u>2.662.169,46</u>	<u>4.358.615,28</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 como indicado na nota 6 foi de Eur. 1.860.018,85 em virtude do reconhecimento da variação de produção dos projectos onde a percentagem de acabamento foi desconhecida e se encontravam em curso, em Dez.2015 antes de reexpresso o montante de Produtos e trabalhos em curso ascendia a Eur. 742.263,94.

A empresa verifica a recuperabilidade dos seus inventários realizando uma análise de rotação de stocks e identificados os itens sem rotação por um período superior a 5 anos resultando deste processo a avaliação do montante de stocks em imparidade e efectuado o consequente registo.

No exercício de 2016 o montante de inventários em imparidade foi como segue:

Imparidade de inventários	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Perdas por imparidade	(14.518,94)	(47.040,59)
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	<u>(14.518,94)</u>	<u>(47.040,59)</u>

	Saldo em Dez 2015 Reexpresso Euro	Utilizações Euro	Reversões Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Matérias-primas	251.978,32	14.518,94	-	266.497,26
	<u>251.978,32</u>	<u>14.518,94</u>	<u>-</u>	<u>266.497,26</u>

13. Clientes

A rubrica Clientes é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Clientes		
Clientes	4.822.686,42	2.210.338,86
Clientes - Partes relacionadas (Nota 39)	17.406,44	52.003,76
Clientes - de cobrança duvidosa	359.787,40	359.787,40
Valor Bruto	5.199.880,26	2.622.130,02
Perdas por imparidade	(359.787,39)	(168.614,24)
Perdas por imparidade do período	-	(191.173,15)
Imparidades acumuladas	(359.787,39)	(359.787,39)
Valor líquido contabilístico	4.840.092,87	2.262.342,63

A rubrica de clientes conta corrente no montante de 4.822.686,42 euros (2.210.338,86 euros em 2015) contém saldos de clientes de curto prazo. Encontra-se reconhecida uma imparidade por dívidas consideradas de cobrança duvidosa no valor de 359.787,39 euros já registada em 2015, sendo a sua antiguidade distribuída da seguinte forma:

	Por vencer	Entre 1 e 90	Entre 91 e 180	Entre 181 e	Entre 361 e	> 720 dias	Total
	Euro	Dias	Dias	360 Dias	720 Dias	Euro	Euro
		Euro	Euro	Euro	Euro		
Clientes	4.056.011,68	367.163,37	401.531,20	15.386,61	-	-	4.840.092,86
Clientes-de cobrança duvidosa	-	-	-	-	191.173,15	168.614,24	359.787,39
	4.056.011,68	367.163,37	401.531,20	15.386,61	191.173,15	168.614,24	5.199.880,25

Em 2016 o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em	Dotações do	Reversões	Utilizações	Saldo em
	Jan 2016	período			Abr 2017
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Clientes - de cobrança duvidosa	359.787,39	-	-	-	359.787,39
	359.787,39	-	-	-	359.787,39

Em 2015, o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em	Dotações do	Reversões	Utilizações	Saldo em
	Jan 2015	período			Dez 2015
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Clientes - de cobrança duvidosa	168.614,24	191.173,15	-	-	359.787,39
	168.614,24	191.173,15	-	-	359.787,39

14. Estado e outros entes públicos

As rubricas Estado e outros entes públicos a receber e a pagar são analisadas como segue:

	Abr 2017		Dez 2015	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Estimativa imposto	-	839.884,52	-	462.023,50
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	81.837,70	-	131.287,03
Imposto sobre o valor acrescentado	182.477,44	-	-	263.483,77
Contribuições para a Segurança Social	-	114.623,45	-	179.906,30
	<u>182.477,44</u>	<u>1.036.345,67</u>	-	<u>1.036.700,60</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 11.

15. Diferimentos

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Diferimentos Activos		
Rendas	54.243,20	54.156,68
Seguros	83.751,05	14.172,24
Outros	<u>17.054,01</u>	<u>9.952,77</u>
	<u>155.048,26</u>	<u>78.281,69</u>

A rubrica Diferimentos passivos é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Diferimentos Passivos		
Rendimentos diferidos	<u>4.286.034,34</u>	<u>6.993.263,03</u>
	<u>4.286.034,34</u>	<u>6.993.263,03</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 que afectou os Diferimentos passivos, como indicado na nota 6, foi de Eur. 415.893,58 em virtude do montante de rendimentos diferidos ter sido acrescido dos rendimentos cujo critério para reconhecimento ainda não se tinha verificado, ainda que faturados a cliente, em Dez.2015 antes de reexpresso, o montante de Rendimentos diferidos ascendia a Eur. 6.577.369,45.

16. Capital subscrito

O capital social de 1.100.000 euros, representado por 2.200 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 30 de Abril de 2017, sendo detido por :

	Dez 2016		Dez 2015	
	Euro		Euro	
Entidade:	Capital Subscrito	%	Capital Subscrito	%
Thunderwaves, S.A.	626.020,00	56,91%	-	0,00%
Empordef,SGPS	424.270,00	38,57%	424.270,00	38,57%
IAPMEI, I.P.	49.710,00	4,52%	49.710,00	4,52%
Rohde & Schwarz, Co & KG	-	0,00%	326.145,00	29,65%
EFACEC,SGPS	-	0,00%	299.690,00	27,24%
Others	-	0,00%	185,00	0,02%
	<u>1.100.000,00</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.100.000,00</u>	<u>100,00%</u>

17. Prémios de emissão

A 30 de Abril de 2017 existe um prémio de emissão de ações no montante de 300.000 euros.

18. Reservas Legais

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Reservas Legais	<u>307.210,12</u>	<u>219.999,78</u>
	<u>307.210,12</u>	<u>219.999,78</u>

19. Outras reservas

A empresa regista em Outras reservas os resultados positivos aprovados em Assembleia Geral ainda não distribuídos aos Accionistas

Durante o período de Ano 2016, os movimentos em outras Reservas foram os seguintes:

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Outras Reservas	<u>1.524.051,33</u>	<u>1.524.051,33</u>
	<u>1.524.051,33</u>	<u>1.524.051,33</u>

20. Resultados transitados

Durante o período de 2016, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

a) Aplicação de Resultados do Período de 2015

Do resultado líquido reexpresso do período de 2015 no montante de 1.512.547,77 euros foi transferido para Reservas Legais Eur 87.210,34 e Eur 1.425.337,43 para Resultados Transitados conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 30 de Março de 2016.

Durante o período de Ano 2016, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Resultados transitados	1.425.337,43	-
	<u>1.425.337,43</u>	<u>-</u>

21. Ajustamentos/ outras variações no capital próprio

Em virtude da alteração na política contabilística de reconhecimento do rédito de POC para Marcos foram reexpressadas as contas de 2015 e reflectido na rubrica Resultado líquido do período o impacto da alteração desta política, o qual foi de Eur (231.659,03) .

22. Provisões

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Garantias a clientes	536.066,37	-
Outras provisões	795,23	795,13
	<u>536.861,60</u>	<u>795,13</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

	Dotações do período	Reversões	Utilizações	Reclassificação	Saldo em
	Euro	Euro	Euro	Euro	Abr 2017
Garantias a clientes	-	-	536.066,52	-	536.066,52
Outras provisões	-	-	-	-	795,23
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>536.066,52</u>	<u>-</u>	<u>536.861,75</u>

O montante de provisões registadas no exercício refere-se aos gastos em que a empresa espera incorrer para fazer face a custos no âmbito de garantia a clientes relativos a contratos de fornecimento e prestação de serviços concluídos durante o ano de 2016 e que correspondem à melhor estimativa da empresa face a obrigações contractuais inerentes aos referidos contratos.

O prazo de garantia a clientes de produtos e serviços fornecidos pela empresa varia consoante o produto e contrato não sendo inferior a 6 meses nem superior a 36 meses.

23. Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Outras dívidas a pagar - Correntes		
Outros Credores - Partes Relacionadas (Nota 40)	325.000,00	-
Cred. Acr. Gastos Remunerações a Liquidar	1.218.857,02	910.904,97
Cred. Acr. Gastos FSE	4.546,80	3.443,66
Cred. Acr. Gastos Auditoria	15.400,00	13.230,00
Cred.Acr.Gastos em projectos	1.137.726,32	273.395,77
Out. Cred. Acr. Gastos - Adiantamento por conta de vendas	76.625,92	169.143,12
Out. Credores Diversos - saldos com pessoal	3.771,61	5.805,15
Out. Credores - Fornecedores de Activos	11.356,26	18.360,90
Out. Credores - Accionistas	1.186,53	1.186,53
Out. Credores Diversos	805,47	400,03
	<u>2.795.275,93</u>	<u>1.395.870,13</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 que afectou as Outras dívidas a pagar, como indicado na nota 6, foi de Eur. 273.395,77 em virtude do acréscimo de gastos estimados a incorrer no âmbito dos projectos concluídos, em Dez.2015 antes de reexpresso, o montante de Outros Credores gastos em projectos era Eur 0.

24. Fornecedores

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Fornecedores		
Fornecedores	832.489,70	1.657.486,54
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 39)	20.255,79	17.527,49
Facturas em recepção e conferência	23.419,88	10.225,50
	<u>876.165,37</u>	<u>1.685.239,53</u>

25. Adiantamentos a clientes

A rubrica Adiantamentos a clientes é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Adiantamentos de clientes	5.341,42	5.203,97
	<u>5.341,42</u>	<u>5.203,97</u>

26. Vendas e Serviços Prestados

A rubrica Vendas e Prestações de Serviços é analisada como segue:

	Abr 2017	2015 Reexpresso
	Euro	Euro
Venda de bens	26.001.469,95	14.947.368,20
Prestação de serviços	<u>2.332.078,70</u>	<u>1.580.471,19</u>
	<u>28.333.548,65</u>	<u>16.527.839,39</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 que afectou as Vendas e serviços prestados, como indicado na nota 6, foi de Eur. (1.885.345,24) uma vez que não se encontravam reunidos os critérios para reconhecimento do rédito contrariamente ao método de reconhecimento pela percentagem de acabamento, em Dez.2015 antes de reexpresso, o montante de Vendas de bens ascendia a Eur 16.832.713,44.

27. Subsídios

A rubrica Subsídios é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Subsídios à exploração		
IEFP - (Medida estágio emprego)	<u>10.893,67</u>	<u>21.180,75</u>
	<u>10.893,67</u>	<u>21.180,75</u>

O subsidio registado no exercicio corresponde a subsidio à criação de emprego e foi totalmente reconhecido nos rendimentos do exercicio.

28. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	Dez 2015 Reexpresso Euro
Saldo inicial	2.833.750,20	854.778,82
Regularização de existências	-	-
Saldo final	<u>1.802.799,10</u>	<u>2.833.750,20</u>
Variação nos inventários da produção	<u>(1.030.951,10)</u>	<u>1.978.971,38</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 que afectou a variação nos inventários da produção, como indicado na nota 6, foi de Eur. 1.860.018,85 já que os gastos incorridos em projectos em curso e cujo rédito não foi possível reconhecer se encontram registados na produção em curso, em Dez.2015 antes de reexpresso, o montante do Saldo final nos inventários da produção ascendia a Eur. 973.731,35.

29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	2015 Euro
Saldo inicial	1.776.843,40	1.030.538,61
Compras	7.967.020,03	6.844.899,36
Regularização de inventários	5.594,68	-
Saldo final	<u>1.125.867,62</u>	<u>1.776.843,40</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>8.623.590,49</u>	<u>6.098.594,57</u>

30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Abr 2017 Euro	2015 Reexpresso Euro
Trabalhos Especializados	1.096.357,36	111.791,37
Publicidade e Propaganda	277.152,50	290.877,41
Honorários	354.762,29	23.894,50
Conservação e Reparação	35.745,63	44.262,38
Serviços Bancários	87.598,94	111.865,84
Materiais	45.983,97	35.399,85
Energia e Fluídos	233.134,28	189.006,73
Deslocações, Estadas e Transportes	414.817,56	374.930,25
Rendas e Alugueres	750.587,10	589.189,13
Comunicação	39.992,60	38.411,59
Seguros	190.089,39	129.635,76
Contencioso e Notariado	1.021,82	1.920,32
Despesas Representação	22.240,58	23.710,57
Outros Serviços	<u>1.082.747,23</u>	<u>1.116.231,77</u>
	<u>4.632.231,25</u>	<u>3.081.127,47</u>

O montante da reexpressão de contas de 2015 que afectou os Fornecimentos e serviços externos, como indicado na nota 6, foi de Eur. 273.395,77 em virtude do acréscimo de gastos estimados a incorrer no âmbito dos projectos cujo marco foi reconhecido, em Dez.2015 antes de reexpresso, o montante de Fornecimentos e serviços externos ascendeu a Eur 2.807.731,70.

31. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Remunerações	5.887.306,36	4.300.543,38
Prémios e gratificações	197.247,29	218.696,97
Outras remunerações	430.704,17	291.437,23
Encargos sobre remunerações	1.430.055,54	1.026.099,28
Seguros Acidentes de Trabalho	37.074,96	18.757,22
Seguros de Saúde	-	-
Cessação de Contrato de Trabalho	13.641,04	32.215,05
Formação	17.575,87	27.269,36
Outros Gastos com o Pessoal	27.119,79	12.306,12
	<u>8.040.725,02</u>	<u>5.927.324,61</u>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2016 foi de 141 (138 em 2015).

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 30 de Abril de 2017 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Remunerações Órgãos Sociais	581.681,60	487.303,78
Benefícios pós-emprego	-	-
	<u>581.681,60</u>	<u>487.303,78</u>

32. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

A rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) é analisada como segue:

	Abr 2017	Dez 2015
	Euro	Euro
Imparidade de dívidas a receber		
Perdas por imparidade	-	(191.173,15)
Reversões de perdas por imparidade		
	<u>-</u>	<u>(191.173,15)</u>

33. Provisões (aumentos/reduções)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Provisões para riscos e encargos		
Aumentos de provisões	(536.066,37)	-
Redução de provisões	-	-
	<u>(536.066,37)</u>	<u>-</u>

34. Outros rendimentos

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Rendimentos Suplementares	35.395,38	38.595,64
Excesso de estimativa p/impostos	90.123,79	-
Diferenças de câmbio favoráveis	39.981,94	172.517,42
Outros não especificados	10.690,01	57.472,42
	<u>176.191,12</u>	<u>268.585,48</u>

35. Outros gastos

A rubrica Outros gastos é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Impostos	1.656,01	1.226,39
Diferenças de câmbio desfavoráveis	50.224,35	111.354,24
Quotizações Empresariais	8.400,00	9.400,00
Multas fiscais e não fiscais	375,00	464,75
Outros gastos	17.294,71	29.295,16
	<u>77.950,07</u>	<u>151.740,54</u>

36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	140.862,73	144.759,49
Ativos Intangíveis (Nota 8)	405.844,31	1.054.697,56
	<u>546.707,04</u>	<u>1.199.457,05</u>

37. Resultados financeiros

Os Juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	7.645,22	47.502,27
Outros juros	0,46	-
	<u>7.645,68</u>	<u>47.502,27</u>

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Juros e gastos similares suportados		
Outros juros	-	601,88
	<u>-</u>	<u>601,88</u>

38. Locações

Locações operacionais

A Empresa apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	Abr 2017	2015
	Euro	Euro
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	167.688,44	185.985,60
Entre um e cinco anos	<u>184.583,26</u>	<u>301.095,19</u>
	<u>352.271,70</u>	<u>487.080,79</u>

39. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2017 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro
Cohort, PLC	-	20.255,79	-	325.000,00
Empordef-Ti,	7.776,31	-	-	-
Edisoft, S.A.	9.630,13	-	-	-
Empordef, S.C	-	-	393,74	-
	<u>17.406,44</u>	<u>20.255,79</u>	<u>393,74</u>	<u>325.000,00</u>

As transações efectuadas com partes relacionadas no período são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort, PLC	-	-	345.255,79	9.760,91	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	-	27.512,34	-	-	-	-	-
Empordef TI	-	-	-	-	32.006,06	-	-	-
	-	-	372.768,13	9.760,91	32.006,06	-	-	-

Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

40. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- Proposta de aplicação de resultados: Eur 3.798.893,35 Resultados transitados
- Detalhe dos honorários facturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	Abr 2017 Euro	2015 Euro
Revisão legal das contas	26.000,00	13.569,54
	26.000,00	13.569,54

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Lazarim, 30 de Junho de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vem 11.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AS IV
sch
Fueller
[Signature]

Vem 11.
[Signature]
[Signature]



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, relativamente ao período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2017.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2017, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, com duas reservas por limitação de âmbito, uma ênfase e uma outra matéria, decorrente do exame realizado.



Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 5 de julho de 2017

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Pedro Jorge Quental e Cruz (ROC n.º 1765)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de abril de 2017 (que evidencia um total de 17.991.516,71 euros e um total de capital próprio de 8.455.492,23 euros, incluindo um resultado líquido de 3.798.893,35 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.** em 30 de abril de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Durante o período em análise, a Entidade procedeu pela primeira vez ao registo de uma provisão para encargos futuros com garantias que, a 30 de abril de 2017, ascende a 536.861,75 euros. No entanto, a Entidade não detém dados históricos que permitam suportar a referida provisão, bem como não implementou procedimentos para capturar os gastos suportados e registados durante o período com garantias relacionadas com períodos anteriores. Neste sentido, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade do valor da provisão para garantias em 30 de abril de 2017, bem como sobre os encargos com garantias suportados e registados no período em análise relacionado com períodos anteriores.



Conforme divulgado na nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2015 a Entidade procedeu ao reconhecimento do rédito tendo por base o método da percentagem de acabamento conforme estabelecido na "NCRF 19 – Contratos de construção". Em 2016, no seguimento da alteração de controlo acionista, a Entidade alterou voluntariamente a política contabilística de reconhecimento do rédito, passando a proceder ao seu reconhecimento em função do cumprimento de cada etapa chave que compreende a prestação do serviço. A Entidade procedeu à reexpressão do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas com referência a 31 de dezembro de 2015, e não com referência a 1 de janeiro de 2015 conforme estabelecido na "NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", não tendo efectuado uma análise dos impactos conforme requerido pela referida norma. Neste sentido, não nos foi possível concluir sobre os impactos decorrentes da alteração da política contabilística com referência a 1 de janeiro de 2015, nos números correspondentes apresentados para efeitos comparativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 1 do Anexo, a Entidade alterou, no período em análise, a data de relato do seu exercício económico para 30 de abril em vez de 31 de dezembro, como nos anos anteriores. Deste modo, as demonstrações financeiras a 30 de abril de 2017 incluem dezasseis meses de actividade, estando a comparabilidade afectada por este facto. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu uma Certificação Legal das Contas datada de 23 de março de 2016 sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como revisores ocorreu a 1 de março de 2017 para efetuarmos a revisão legal das contas do período findo em 30 de abril de 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

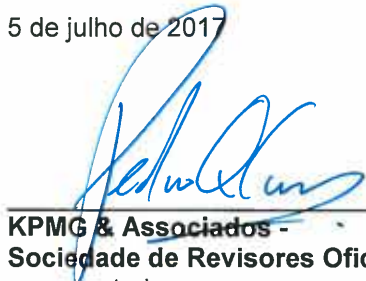
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

5 de julho de 2017



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Pedro Jorge Quental e Cruz (ROC n.º 1765)